



Sábado, 06 de Novembro de 2021 - 11:35 (Artigos)

PEC dos Precatórios: calote oficial aos credores da União - Por Julio Cardoso

Precatórios são dívidas da União que o governo federal é obrigado a pagar por lei a pessoas físicas e jurídicas.

A PEC 23 limita o valor das despesas anuais com precatórios, altera o reajuste das dívidas e muda a forma de calcular o teto de gastos. Ora, um país que não honra os seus compromissos, como os precatórios, gera consequências danosas em sua reputação perante a comunidade financeira internacional.

O parcelamento de pagamento dos precatórios de 2022, estimados em R\$ 89 bilhões, é indubitavelmente uma manobra escandalosa de política-governamental — que golpeia credores da União em seus direitos constitucionais — e visa a atender aos interesses de um governo (1) que se mostra incompetente ao não cortar despesas públicas em sua própria casa; (2) que deseja retribuir o apoio recebido do Centrão com a liberação de R\$ 30 bilhões em emendas parlamentares; e (3) que quer colher dividendos políticos com medidas populistas e eleitoreiras objetivando a sua reeleição.



A manobra é uma forma de pedalada fiscal, que dribla a constituição vigente para descumprir obrigações fiscais irrecorríveis, mas decerto será motivo de declaração de inconstitucionalidade pela Suprema Corte.

No passado recente, pedala fiscal, enquadrada como crime de responsabilidade, motivou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

É muito vergonhoso testemunhar a Câmara Federal anuir com o confisco de direitos de terceiros — Estados, municípios e professores — para atender à política não republicana de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes.

Chegamos simplesmente ao fundo do poço da imoralidade governamental e parlamentar. Não temos mais segurança jurídica em nossos direitos constitucionais. As normas que nos regem são manipuladas descaradamente pelo Congresso, bastando que haja interesse de governos e políticos não alinhados com a decência pública.

É deplorável ao que assistimos: um país de políticos de atitudes não republicanas indo se socorrer sempre da velha engenharia política do jeitinho brasileiro sórdido de encontrar soluções fabulosas para os seus problemas. O que revela, lamentavelmente, que vivemos em uma nação de pouca seriedade político-governamental, onde o calote aos credores pode se tornar doravante peça oficial de governo.

Que moral tem diante de eleitores 312 parlamentares que se solidarizam com o governo para aplicar calote na nação? A sociedade precisa reagir e não permitir que políticos imorais enxovalhem o país.